

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Figueira da Foz, 18-05-2010. — A Juíza de Direito, *Cristina Seixas*. — A Oficial de Justiça, *Elizabete Coelho*.

303277514

TRIBUNAL DA COMARCA DE FORNOS DE ALGODRES

Anúncio n.º 5149/2010

Processo N.º 53/10.3TBFAG Insolvência de pessoa singular (Apresentação)

Publicidade da sentença de indeferimento do pedido de declaração de insolvência

Neste Tribunal e processo em que são: Requerentes:

Viriato Amaral Jerónimo, divorciado, residente em Rua da Estação, 6370 — 188 Fornos de Algodres,

Maria Alice Duarte Inácio, divorciada, residente em Quinta do Cochel, 6370-213 Fornos de Algodres

Bruno Miguel Martins Rodrigues, casado, residente em Rua da Estação, 6370-188 Fornos de

Carla Alexandra Duarte Jerónimo Rodrigues, casada, residente em Rua da Estação, 6370-188 Fornos de Algodres

Por sentença proferida em 30-04-2010, foi indeferido o pedido de declaração de Insolvência por verificação de excepção dilatória insuportável, nos termos do artigo 27.º, n.º 1, a) do CIRE.

Fornos de Algodres, 30-04-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Cecília Peixoto*. — O Oficial de Justiça, *Avelino Santos*.

303268426

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GONDOMAR

Anúncio n.º 5150/2010

Processo: 1277/09.1TBGDM

Insolvência Pessoa Singular

N/Referência 6487076

Insolvente: Graça da Conceição Ribeiro Teixeira das Neves
Credor: Banco Comercial Português, S. A. e outro(s).

No Tribunal Judicial de Gondomar, 1.º Juízo Cível de Gondomar é designado o dia 02-07-2010, pelas 15:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Data: 26-05-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria do Rosário Marques Neiva Vieira*. — A Oficial de Justiça, *Fátima Alves*.

303312805

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA GUARDA

Anúncio n.º 5151/2010

Processo: 1431/09.6TBGRD — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

N/Referência: 2007196

Requerente: Sandro Francisco Madeira Pereira

Insolvente: Transportes Álvaro Silva L.ª NIF — 506898130, Endereço: Rua Dr. Martins das Neves, Lote 2 -1.º Esq., 6300-000 Guarda.

Administrador da Insolvência: Dr. Luis Gonzaga Rita dos Santos, Endereço: R. António Sérgio, Edifício Liberal, 3.º Piso 0 e P, Guarda, 6300-665 Guarda

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da Massa Insolvente

Efeitos do encerramento: Os constantes do artigo 233.º do CIRE.

Data: 11-05-2010. — O Juiz de Direito, *Dr.ª Marta Campos*. — O Oficial de Justiça, *Maria Helena C. D. Mamede*.

303302153

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 5152/2010

Processo: 1541/10.7TBGMR — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolventes: António Manuel Macedo Rodrigues e Eva Sandra Mendes Salgado.

No Tribunal Judicial de Guimarães, 2.º Juízo Cível de Guimaraes, no dia 22-04-2010, às 15:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores:

António Manuel Macedo Rodrigues, estado civil: Casado, NIF — 211639818, Endereço: Rua Monte Aldão, 996, 3.º Esq., S. Paio, 4800-002 Guimarães.

Eva Sandra Mendes Salgado, estado civil: Casado, NIF — 209259680, Endereço: Rua Monte Aldão, 996, 3.º Esq., S. Paio, 4800-002 Guimarães com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, Dr. Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, Endereço: R. do Agrelo, 236, Castelões, 4770-831 V. N. Famalicão.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º -CIRE) Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 22-06-2010, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

N/Referência: 6888445

Data: 26-04-2010. — O Juiz de Direito, *Filipe César Marques*. — O Oficial de Justiça, *Adosinda Freitas*.

303196888

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 5153/2010

**Processo: 1754/10.1TBGMR
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

Insolvente: José Eugénio Soares Henriques, L.^{da}
Credor: Solinhas Acabamento de Fios, L.^{da}, e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Guimarães, 4.º Juízo Cível de Guimarães, no dia 10-05-2010, pelas 14:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora: José Eugénio Soares Henriques, L.^{da}, número de identificação fiscal 501850236, Endereço: Rua dos Cutileiros, Bloco 4, Letra A, Pisca, Creixomil, 4810-055 Guimarães; com sede na morada indicada. São administradores do devedor: José Eugénio Soares Henriques, Endereço: Rua dos Cutileiros, Bloco 4-A, Creixomil, 4810-055 Guimarães; a quem é fixado domicílio na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Ana Maria de Oliveira Silva, NIF: 137 190 158; Endereço: Rua do Campo Alegre, N.º 672-6.º-Dtº, Porto, 4150-171 Porto. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 08-07-2010, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data: 17-05-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Diana Josefina Pereira Simões Mouta Faria*. — O Oficial de Justiça, *Rui Fernandes*.

303267949

Anúncio n.º 5154/2010

Processo: 4756/08.4TBGMR-C — Prestação de contas administrador (CIRE)

Requerente: José Simões Fontes, L.^{da}
Insolvente: Maria da Glória Machado da Silva Oliveira e outro(s)

A Dr. Dr(a). Diana Josefina Pereira Simões Mouta Faria, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Maria da Glória Machado da Silva Oliveira, estado civil: Casada, NIF — 141150726, BI — 13254333, Endereço: Rua Padre Francisco Salazar, N.º 18, Vila Nova de Sande, 4805-552 Guimarães e David Ferreira de Oliveira, Desconhecida ou sem Profissão, estado civil: Casado, nascido(a) em 02-05-1955, concelho de Guimarães, freguesia de Sande (Vila Nova) [Guimarães], nacional de Portugal, NIF — 141150734, BI — 3805271, Endereço: Rua Padre Francisco Salazar, Lote 18, 4805-552 Vila Nova Sande (gmr), notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

N/Referência:6973699

21/05/2010. — O Juiz de Direito, *Dr.ª Diana Josefina Pereira Simões Mouta Faria*. — O Oficial de Justiça, *Maria Fernanda Moraes Fernandes*.

303299539